

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DE SEGURANÇA EM

ELETRICIDADE

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT / MTE

Data: 17 e 19 de junho de 2008

Hora: 9h00 às 17h00

Participantes: Joaquim Pereira Gomes (DRT/SP); Carmelina Maria Lopes Gomes de Almeida (DSST/SIT); Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ); Edna Lúcia Alves Ferreira Rocha (SRTE/PA), Jorge Santos Reis (FUNDACENTRO); Paulo César Andrade Almeida (MPS); Elizeu Pereira Vicente (MME), Jesus Francisco Garcia (CUT); Washington Aparecido dos Santos (UGT); Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Jeová P. de Oliveira (FNM/CUT); Sérgio Souto Maia M. de Mello (COELBA); Mário Sérgio Ainsworth F. Lopes (IBS); Antônio Carlos Castellar (CHESF); João José Magalhães Soares (ABRADEE); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT); Takao Paulo Hara (ABRAGE); Luiz Takira Tamagusuku (COELBA); Luiz Carlos de Miranda Júnior (CPFL); José Manoel Teixeira (UGT); Sizenando Figueira de Andrade (CHESF).

1º Dia – A reunião foi iniciada pela Secretária de Inspeção do Trabalho, Dra. Ruth Beatriz, que comentou sobre toda a precedência para elaboração de Normas Regulamentadoras, onde o MTE pesquisa as melhores formas de redação para atendimento às partes envolvidas, mas que ainda assim podem existir entraves como o caso do trabalho isolado, tema debatido exaustivamente. Disse que a SIT tem contentamento quando das negociações ocorre 100% de consenso, mas quando não possível o governo procura suscetíveis avanços em prol das negociações buscando intervir em busca da convergência dos posicionamentos. Teceu comentário sobre sua estada em Genebra pela Conferência da OIT onde atuou em um grupo de trabalho rural; e informou que o Brasil tem um grande desafio a ser vencido, mas que se encontra bem avançado em vista do quadro mundial. Júnia Barreto informou que ao assumir a direção do DSST encontrou uma estrutura melhor do que a de anos atrás e que assim foi priorizada a necessidade de melhor trabalhar a ação de normatização, haja vista a necessidade de uma harmonização entre o processo de elaboração das normas, de capacitação dos auditores e fiscalização; acrescentou que o sistema tripartite, mesmo com as características e particularidades de cada uma das partes, é benéfico, repercutindo em significativas melhorias para a sociedade, ponderando que pode o modelo tripartite colaborar nas ações fiscais, pois há uma gama de trabalho a ser feito em conjunto pelas partes. Jesus Garcia iniciou suas considerações dizendo que o Brasil é um país perto do 1º Mundo, mas que ainda age como se fosse do 3º; disse estar preocupado com o cenário atual, com a insuficiência de trabalhadores que colaboram na “área fim”. Mostrou-se contente também pelo retorno das atividades da CPNSEE, mas acha que deve haver uma inversão de pauta, deixando de flexibilizar os pontos e agir em cima dos temas essenciais de aplicação, focando principalmente na diminuição de mortes no setor. Júnia Barreto disse que não se pode reduzir a NR-10 a uma única cláusula, que um item da NR não pode ser barreira para a

implementação da mesma. Sérgio Mello disse que foi dispendido um grande empenho na construção da NR, com membros de ótima qualidade técnica das 3 partes; que se preocupa também com certo número de acidentes e mortes no trabalho e finalizou que os membros da bancada patronal, quando não em reunião da Comissão, são responsáveis pela segurança no trabalho em suas empresas e que assim têm o mesmo sentimento dos trabalhadores. Disse ainda que a bancada fará o máximo para colaborar nos trabalhos da Comissão. Júnia Barreto informou que o DSST decidiu aumentar a participação do Governo na Comissão trazendo auditores-fiscais do trabalho de outros Estados, além de buscar junto aos demais órgãos competentes a efetiva participação nas reuniões. Foram apresentados os Auditores Fiscais de Trabalho Luiz Carlos Lumberas (RJ), Edna Lúcia (PA), Carmelina Almeida (DF) e o novo representante da Previdência Paulo César Andrade. Maradona disse estar espantado pela pauta apresentada pela Coordenação, que vez que a mesma não foi submetida a uma prévia consulta às bancadas; lembrou que em conversa dos trabalhadores com o Ministro do Trabalho, este havia assegurado que a NR não sofreria alterações quanto à questão do trabalho isolado. Finalizou enfatizando que a Comissão deve observar os índices de acidentes para melhor focar as discussões; e que a bancada dos trabalhadores está disposta às negociações. Júnia Barreto, no tocante ao trabalho isolado, disse que a intenção não é discutir o tema na Comissão, mas sim, assim com outros temas, instituir comissões temáticas ou grupos de trabalho para amadurecimento. Solicitou que a Comissão, até o final do segundo dia de discussões, apresentasse um plano de trabalho. A Dra Junia Maria convidou o Auditor fiscal a coordenar a Comissão e a dar seqüência aos trabalhos. Joaquim Gomes Pereira cumprimentou a todos e agradeceu a coordenação afirmando estar satisfeito com a participação maciça de todos, com o propósito de resgate da NR. Disse ser preciso fazer crescer a Norma, torná-la mais forte assim como também se faz necessária uma reestruturação da Comissão, com uma nova direção dos trabalhos, criando um cronograma de reuniões e construindo uma pauta mínima para 3 reuniões, à priori. Em seguida foi feita uma rápida apresentação entre os presentes, haja vista a participação dos novos membros. Maradona falou sobre a dificuldade de deslocamento da bancada laboral para as reuniões fora do Estado de São Paulo e propôs que a SIT subsidiasse tais custos para a participação dos dirigentes sindicais, membros da CPNSEE, nas reuniões. Aguinaldo Bizzo comentou que as indústrias que utilizam energia elétrica também deveriam fazer parte da CPNSEE. Joaquim Gomes informou que as demais atividades futuramente serão convidadas, bem como as empresas de serviços de telefonia. Quanto aos subsídios para a bancada laboral, o pleito será repassado à Dra. Ruth e Júnia. Paulo César informou que com a criação da Receita Federal do Brasil (2007), as atribuições de fiscalização do meio ambiente do trabalho, para fins de constatação do fato gerador que dá ensejo à concessão de aposentadoria especial, e do cumprimento de obrigações acessórias por parte do contribuinte como: Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, elaboração e atualização de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e outras deixaram de ser da previdência (Auditoria Fiscal) e passaram a ser da Receita Federal do Brasil, assim sendo, sugeriu que fosse também convidado a participar das reuniões, um representante do citado órgão. Miranda sugeriu que constassem como parte integrante da CPNSEE os nomes dos assessores técnicos. Jesus Garcia informou que a bancada dos trabalhadores vê problemas quanto à sugestão tendo em vista a dificuldade de deslocamento anteriormente informada, disse que tal participação também deve ser feita em conformidade com o regimento interno da CPNSEE, e que antes deveria ser observado o tema em discussão e depois verificada a necessidade da presença do assessor. Voltando à montagem de uma pauta de discussão, Jesus Garcia teceu

comentários sobre a necessidade de efetivar a aplicação da Norma e planejamento para verificação de sua implementação. Maradona propôs a extensão a todo país, com a participação dos trabalhadores, de ação fiscal em massa dentro dos moldes da realizada pela DRT/SP em 2007, coordenada por Joaquim Gomes. Esta ação fora estruturada iniciada pela notificação e comparecimento das empresas do Setor Elétrico à DRT, onde estas recebiam um termo de notificação com o compromisso de cumprimento de 10 itens da NR, que posteriormente eram verificados na ação fiscal. Joaquim Gomes informou a possibilidade de realização de uma ação nestes moldes, desde que a Comissão formalize a demanda ao DSST. Foi encaminhado que a bancada dos trabalhadores como a do governo fizessem um levantamento das empresas do setor a participarem e encaminhassem as listagens ao DSST para organização da ação. Antônio Castellar pronunciou que a aplicação da NR tem evoluído; as empresas têm procurado implementá-la; as fiscalizações aumentaram; e com a colaboração dos trabalhadores, o quadro em nível nacional tem melhorado bastante. Dando pausa às discussões, Joaquim Gomes propôs a realização de duas reuniões da CPNSEE para o ano de 2008, ficando agendadas para os dias 11 e 12 de agosto e 10 e 11 de novembro, ambas com a seguinte programação: 1º dia (das 13h00 às 18h00) e no 2º dia (das 9h00 às 17h00) na Fundacentro/SP. Voltando às discussões sobre a ação fiscal em massa, Aguinaldo Bizzo enfatizou a necessidade de efetivá-la adotando a iniciativa da DRT/SP. Disse que a Comissão deve predeterminar os itens da NR a constarem no Termo de Notificação. Lembrou que as ações efetivas deveriam ser baseadas nas estatísticas de acidentes existentes no Setor Elétrico, extrair um parâmetro e priorizar a fiscalização nos Estados pelos indicadores. Uma vez que os empregadores não participarão do processo de organização da ação, Antônio Castellar frisou a necessidade de clareza no processo, que seja dado conhecimento dos procedimentos e critérios à bancada. Miranda informou que participou, acompanhou a fiscalização feita pela DRT/SP e explicitou os procedimentos aos presentes dizendo ter sido um processo normal, que apesar de bem elaborado, houve pontos de constrangimento, como o lay-out dos cartazes e folderes que continham uma ilustração apelativa e o fato da imposição do Termo de Notificação, que consistia em o empregador assiná-lo ou ser notificado ou autuado de imediato. Sérgio Mello pediu a palavra e comentou que a Comissão deve discutir apenas o que é de sua competência e encaminhar de forma mais prática as questões. Maradona disse ser positivo o modelo de ação fiscalizatória e enfatizou o pleito dos trabalhadores quanto à difusão da mesma em todo o país. Joaquim Gomes falou sobre a criação do grupo especial de assessoramento do DSST quanto à NR-10 que está trabalhando num modelo de fiscalização e capacitação para os AFTs; informou já ser planejamento do DSST para melhoria de implementação da NR. Disse concordar com as palavras de Sérgio Mello quanto a necessidade de se obter resultados práticos e levá-los às respectivas bases.

2º Dia – Reiniciada a Reunião, Joaquim retomou a discussão da pauta, após a confirmação das datas para as próximas duas reuniões, conforme supra, ato contínuo foi submetida à Comissão a aprovação do texto da ata da reunião anterior (oitava Reunião), que foi aprovada pelos presentes, após a inclusão de correções encaminhadas por Bizzo. Joaquim propôs a criação de subcomissões de trabalho, com integrantes da CPNSEE para estudo de determinados itens e apresentação de propostas de alterações de textos da NR à CPNSEE. Jesus sugeriu que os temas a serem discutidos nas subcomissões devem basear-se em demandas específicas submetidas à CPNSEE. Joaquim, respondendo ao questionamento, esclareceu que estas subcomissões não teriam poder de deliberação, mas de elaboração de material básico sobre determinado tema que seria submetido à Comissão Nacional. Bizzo questionou sobre como dar-se-ia a logística,

principalmente no que diz respeito aos deslocamentos dos membros das subcomissões, Miranda sugeriu que tais fossem conduzidas a distância, por meio eletrônico, com reunião presencial final. Paulo César acrescentou, sugerindo que a reunião presencial final fosse conduzida quando da realização da reunião da CPNSEE, ou em data imediatamente anterior a esta. Respondendo ao questionamento de Jesus sobre o funcionamento das subcomissões Joaquim esclareceu que estas deveriam atuar com cronograma de trabalho. Jesus sugeriu a criação de um planejamento envolvendo atividades em aplicabilidade, capacitação e extensão da norma a outros setores, além do Elétrico. Castelar ponderou que um dos principais papéis da CPNSEE é o de responder às demandas da sociedade, esclarecendo às dúvidas sobre a aplicação da Norma, que deveriam ser recebidas, estruturada e submetidas à Comissão, a qual elaboraria a resposta, de forma institucional. Edna sugeriu a divisão em grupos, os quais discutiriam as demandas a partir de um mapeamento nacional, que fundamentaria os temas das subcomissões. Jesus sugeriu a realização de um levantamento estruturado das demandas encaminhadas ao MTE, no que diz respeito à aplicação da Norma. Castelar acrescentou que utilizando fatores como as demandas encaminhadas ao MTE e as experiências bem sucedidas na aplicação da Norma poderia dar um elevado grau de legitimidade nas ações da CPNSEE. Ante o exposto, Joaquim encarregou Carmelina e Rogério de elaborarem um levantamento estruturado das demandas e dúvidas sobre a aplicação da Norma encaminhados ao MTE. Miranda expôs sobre a necessidade de realização de um levantamento estatístico dos acidentes ocorridos. Edna Lúcia colocou que existem demandas da sociedade no âmbito do MTE, quantitativas e qualitativas para orientação do planejamento das ações da Comissão e criação das pretendidas subcomissões; e que além dessas informações as bancadas também deveriam apresentar questionamentos oriundos de suas bases e filiados. Miranda disse que a questão da mortalidade tem que ser trabalhada pela Comissão e que com esse intuito a Fundação COGE pode disponibilizar as estatísticas. Se propôs a apresentar à Comissão detalhamento dos números atuais e dos anos anteriores. Paulo César informou que além visão da questão acidentária, a Previdência também visualiza as questões da incapacidade, doenças, ou seja, das causas do afastamento do trabalhador, disse ser possível apresentar dados estatísticos tanto por CNAE como também por CNPJ das principais empresas que se destaquem. Sérgio Mello comentou que há uma quantidade de demandas represadas no âmbito da Comissão e que devem ser focadas aquelas não deliberadas pela própria falta de organização; concorda com a criação das subcomissões, que sejam priorizados os temas, feitas as discussões tecnicamente e amadurecido o conhecimento para que a Comissão delibere sobre. João José disse que devem ser postos de lado os sentimentos e serem avaliadas as questões técnicas, como por exemplo citou que em reunião dos empresários com a Dra. Ruth Beatriz, foram apresentadas estatísticas onde foi constatado que o problema maior do Setor não é o trabalho isolado, mas sim a atividade de trânsito, o deslocamento para as atividades, as condições dos veículos utilizados. Mencionou que as estatísticas do MTE poderiam ser atualizadas e apresentadas também como subsídio para definição dos temas de criação das subcomissões. Lumbreras comentou que as subcomissões deveriam ser instaladas observando os critérios de 4 fatores: 1. experiências bem sucedidas; 2. demandas encaminhadas à Comissão e ao DSST; 3. análise de acidentes, apurando-se um resumo das causas e circunstâncias; 4. as estatísticas dos acidentes, afastamentos, notificações e etc. Jorge Reis, à luz dos comentários do Sr. Sérgio Mello, comentou que a Comissão foi instituída para administrar a NR, que está aí pra ser cobrada a sua implementação, e que devem ser identificadas as questões que podem ter deliberação direta e as que não, sendo estas encaminhadas para

o fórum tecnicamente competente para consenso de solução e conseqüente ação eficaz. Joaquim Gomes informou que as subcomissões devem funcionar à medida que a CPNSEE demande e as subsidiem. Ficou aprovada a criação das subcomissões para discussão de temas específicos e serão instaladas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CPNSEE. Sizenando Figueira no tocante à compatibilização de políticas públicas externou preocupação com a adoção da Resolução Normativa ANEEL n.º 270, de 26/06/07, que estabelece disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade das instalações integrantes da Rede Básica que compõem o Sistema Interligado Nacional, e que por sua vez imputa penalidades para as transmissoras de energia elétrica em função do tempo de indisponibilidade dos equipamentos ou LTs, implicando na possibilidade de conflito da adoção de procedimentos mínimos de segurança durante as manobras. Elizeu Pereira comentou que é uma questão de polarização de custos no ambiente público, e que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE é a instância responsável pelo acompanhamento do suprimento eletroenergético no território nacional. Joaquim Gomes pediu que a Comissão elaborasse um documento solicitando a participação da CPNSEE no Comitê para interlocução. Elizeu Pereira ficou de verificar a possibilidade do intento e elaborar a petição em nome da Comissão. Aguinaldo Bizzo fez mais considerações sobre as subcomissões, dizendo que as mesmas devem ser definidas por famílias e que as bancadas, tendo acesso aos indicadores, estratifiquem as informações e apresentem posicionamentos com proposição de pauta. Comentou que o grande avanço do setor foi a NR-10 ter sido construída com base em normas internacionais, e que nessa linha deveria ser incluída na Norma orientações sobre “zona de risco” e “zona controlada” voltadas para a proteção contra o arco elétrico; que a Comissão traçasse quesitos de proteção contra o risco de arco elétrico levando em conta também a abertura da NR para riscos adicionais. Propôs ainda uma padronização dos conteúdos em comum de norma para norma, citando o exemplo da NR-18, em função da NR-10. Jorge Reis disse ser interessante retirar a parte de instalações elétricas da NR-18 e levá-la como anexo para a NR-10. Foi discutida a sobreposição de Normas Regulamentadoras, ficando a cargo de Aguinaldo Bizzo a elaboração de ofício a ser encaminhado à SIT solicitando esclarecimentos sobre a hierarquia, aplicabilidade na ausência e etc. Jeová Pereira explicitou que os acidentes de trabalho ocorrem simplesmente por deficiência de fiscalização em geral; que o modelo de empresa preconizado pela ANEEL, além de inadequado, contribui para a terceirização e conseqüentemente, também, para o aumento de acidentes; disse ser necessária a participação de representante da ANEEL na Comissão; e que deveria ser criado um modelo de terceirização para as empresas do setor elétrico; que as concessões deveriam ser controladas; e estabelecer critérios de contratação e de condições de trabalho. Joaquim Gomes avaliou que a CPNSEE não deveria discutir a questão da terceirização, mas fez considerações e disse achar que a Comissão deve recomendar a elaboração de mecanismos regulatórios com conceitos e critérios de terceirização no país à SIT. Em complementação o Sr. João José disse que nesses critérios seja assegurado que as condições de trabalho aos empregados das contratadas sejam iguais às das contratantes. Sobre a participação de representante da ANEEL, ficou acordado que o MTE fará a solicitação de indicação à Agência, igualmente, será solicitada também, a indicação de representante do Ministério da Saúde. A priorização de temas para a criação das subcomissões e ações da CPNSEE será discutida na próxima reunião. Quanto ao manual de interpretação da NR-10, Joaquim Gomes disponibilizou o texto elaborado pelo mesmo, em parceria com o Eng. José Barrico, como base para o desenvolvimento de um manual oriundo da CPNSEE, o qual o MTE editará e publicará para distribuição. Com esse intuito,

foi acordada a criação de uma subcomissão para discussão do manual, sendo posteriormente o referido trabalho avaliado pela Comissão. A subcomissão terá 2 representantes de cada bancada, com funcionamento, competências e organização estabelecidos em regimento interno. Quanto ao seminário nacional sobre segurança com energia elétrica, este foi considerado como uma ação importante, e que uma vez existindo as experiências e demandas suficientes que o subsidiem, ficou acordada a montagem do seminário para o ano de 2009. Em outros assuntos João José comentou sobre a complicação existente quanto aos Certificados de Aprovação de cinto de segurança do tipo paraquedista serem únicos em função do conjunto de peças, quando alguma dessas peças perde a integridade a concessionária fica obrigada a adquirir o dispositivo, defeituoso, do mesmo fabricante ou inutilizar todo o resto do equipamento, informou estar de posse de documento da Fundação COGE, a ser entregue à Dra. Júnia, contendo a exposição dos problemas. Lumbreras explicitou o procedimento para emissão de CA no MTE no âmbito do SINMETRO; falou sobre a elaboração dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade – RACs, que já foi elaborado o de capacetes e dentre outros que ainda serão publicados, está o de cinto de segurança, cujo grupo ainda está trabalhando e aguardando que a norma específica da ABNT seja alterada para realizar os ajustes necessários. Dra. Júnia Barreto voltou ao término da reunião para ciência dos encaminhamentos. Maradona expôs então o apanhado de pleitos e acordos alcançados pela Comissão nos dois dias de trabalho, que foram:

- Subsídios para os dirigentes sindicais a fim de que possam estar se locomovendo para as reuniões.
- Elaboração de Manual Aplicativo da NR-10, tomando-se com base o material cedido pelos engenheiros Joaquim Gomes e José Barrico, a ser publicado pelo MTE.
- Preparação de seminário nacional sobre a NR-10, organizado pela Comissão.
- Solicitar a participação de representante da ANEEL, como convidado, via MME.
- O Fornecimento de dados elaborados pela fundação COGE, contendo informações a serem discutidas pela comissão.
- Verificação da demanda ocasionada pela implantação da norma, oriunda da sociedade, para definição das subcomissões necessárias para os trabalhos.
- Elaboração de Ofício ao ministério da previdência social solicitando dados acidentários e motivos de afastamento, por ramo de atividades e doenças ocupacionais.

A bancada dos trabalhadores enfatizou, como condição que justifica a CPNSEE, a necessidade de expandir para todo o território nacional a ação fiscal em massa realizada pela DRT/SP no ano de 2007.

Joaquim Gomes se propôs a fazer um levantamento das autuações relacionadas ao atendimento à NR-10 no ano de 2007 por unidade federativa, contendo também o número de embargos e interdições.

Júnia Barreto informou sobre a criação de subcomissão específica sobre terceirização, com a participação de AFTs especialistas, para tratar o assunto.

Questionou-se a Dra. Júnia sobre a sobreposição, hierarquia das Normas Regulamentadoras, para emissão de nota explicativa. Júnia Barreto solicitou que o questionamento seja encaminhado e informou que o DSST está tratando enfaticamente desse assunto.

Em considerações finais, João José entregou o documento da Fundação COGE à Dra. Júnia, solicitando esclarecimentos quanto à questão dos cintos de segurança.

Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.